

Luana Barbosa: uma homenagem e registro de sua memória no livro **Femicídio #InvisibilidadeMata**

Negra, lésbica e moradora da periferia, Luana Barbosa era alvo frequente de abordagens policiais. Morreu após ser espancada por três agentes da Polícia Militar do Estado de São Paulo na frente de familiares, em Ribeirão Preto (SP), em 2016.

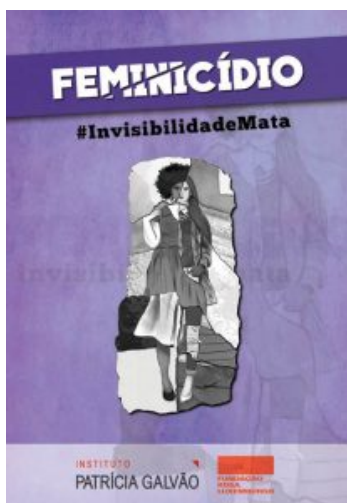


Luana com sua mãe,
Dona Eurípedes.
(Foto: arquivo da
família)

O registro de sua memória é narrado no *Livro Femicídio #InvisibilidadeMata* em artigo da jornalista Tatiana Merlino.

Leia o capítulo: [Luana Barbosa: Morta por ser mulher, negra, pobre, lésbica - por Tatiana Merlino](#)

Além da história de Luana, o livro traz também um registro da memória de Amanda, Claudia, Eloá, Gerciane, Isamara, Laura. Mulheres cujas vidas foram interrompidas e que deixaram luto, dor e saudade.



Assassinadas por parceiros, ex, e por toda uma sociedade fundada

sobre bases discriminatórias e desigualdades sociais que constroem o desvalor da vida de mulheres. Uma forma simbólica de homenagear estas mulheres e também as milhares de vítimas que têm suas identidades diluídas em estatísticas alarmantes.

Sobre o livro

O livro *Feminicídio #InvisibilidadeMata* foi produzido pelo Instituto Patrícia Galvão em parceria com a [Fundação Rosa Luxemburgo](#). A obra debate as características dos feminicídios, denuncia sua perpetuação no Brasil - o quinto país com a maior taxa de assassinatos femininos no mundo - e destaca ainda a urgência do enfrentamento às violências contra as mulheres. Buscando ampliar este debate urgente e necessário, o livro está disponível também para consultas, compartilhamentos e download na íntegra no link (gratuito):

[Acesse e baixe o livro *Feminicídio #InvisibilidadeMata* na íntegra](#)

[Tribunal de Justiça reabre investigação sobre a morte de Luana Barbosa](#)

Pedido da Promotoria Estadual retoma caso da mulher espancada por PMs, que completa um ano hoje, e que tinha sido arquivado pela Justiça Militar

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) determinou a reabertura das investigações na esfera civil da morte de Luana Barbosa dos Reis por traumatismo crânio encefálico e isquemia cerebral. Luana faleceu na noite do dia 13 de abril de 2016, cinco dias após ser abordada e espancada por três policiais militares no bairro Jardim Paiva II, na periferia de Ribeirão Preto, no interior paulista. A história dela foi retratada no livro “Mães em Luta - dez anos dos crimes de maio de 2006”, idealizado pelo Movimento Mães de Maio e de autoria dos repórteres da Ponte Jornalismo, lançado em outubro do ano passado, em São Paulo, e no início de abril deste ano, em Salvador.

[\(Ponte Jornalismo, 13/04/2017 - acesse no site de origem\)](#)

O caso havia sido arquivado pela Justiça Militar de São Paulo (JMSP) na esfera penal no início de fevereiro. A promotora da JMSP Robinete Le Fosse pediu o arquivamento por entender que não havia indícios de “materialidade delitiva”. Ou seja, para Robinete não é possível comprovar quais dos policiais investigados foram os autores das agressões.

Leia mais: [Luana Barbosa: uma homenagem e registro de sua memória no livro *Feminicídio #InvisibilidadeMata*](#)

A decisão do Tribunal de Justiça devolve as investigações para a Justiça Comum (1ª Vara do

Júri e das Execuções Criminais do Foro de Ribeirão Preto) e atende ao pedido de Eliseu José Berardo Gonçalves, promotor de Justiça Estadual que entendeu que houve homicídio e solicitou a reabertura do caso.

As dificuldades nas investigações

No dia 13 de maio de 2016, o juiz Luiz Augusto Freire Teotônio negou o pedido de prisão temporária de Douglas Luiz de Paula, Fábio Donizeti Pultz e André Donizeti Camilo, policiais do 51º Batalhão da Polícia Militar, suspeitos de terem participado do espancamento da vítima. Na decisão, o juiz também remeteu os autos do processo à Justiça Militar, por entender que não havia elementos para concluir que se tratava de um crime contra a vida.

O advogado Daniel Rondi, assistente de acusação da família de Luana, contou que não foi informado das mudanças ocorridas nos autos processuais. "Protocolo um pedido para ser notificado sobre as alterações, mas não tive mais notícias desde que a família foi ouvida na Justiça Militar. Também não consegui ter acesso ao documento que mostra a decisão da Justiça Militar e não pude questionar a decisão de arquivamento", diz Rondi.

A advogada Flavia Meziara, que representa a família de Luana, criticou o julgamento na Justiça Militar e explicou que houve a tentativa de desvincular a agressão da morte. "Eles tentaram descaracterizar a todo tempo a responsabilidade dos policiais. Perguntaram se a Luana praticava artes marciais e se ela havia sido medicada na casa da irmã, após ter sido agredida. Perguntaram mais do dia em que ela ficou na casa da irmã do que o dia da abordagem. Foram questionamentos tendenciosos, para mostrar que o que havia acontecido com ela não tinha relação com a abordagem policial", avalia Meziara.

Na esfera civil, a advogada entrará com uma ação de indenização para o filho e para a mãe de Luana até o início de maio. "A indenização não traz a Luana de volta, mas é um meio de prover o filho dela com recursos materiais e de punir o Estado pelo homicídio", diz a advogada.

O outro lado

Procurado pela Ponte Jornalismo, o Ministério Público de São Paulo informou que a procuradora Robinete Le Fosse se encontra de licença e preferia não se manifestar sem estar "com os autos em mãos". Sobre o pedido de entrevista com a juíza que determinou o arquivamento do processo na Justiça Militar, o Tribunal de Justiça informa que não há informações disponíveis, pois o caso se encontra em segredo de Justiça.

A reportagem também questionou a Polícia Militar e foi informada de que os cabos PM Fábio Donizeti Pultze e André Donizeti Camilo continuam na execução de Serviços Administrativos no Batalhão, ou seja, estão trabalhando em serviços internos. Já o cabo PM Douglas Luiz de Paula se aposentou por já ter atingido o tempo de serviço na instituição.

Lembrando o caso

Segundo familiares entrevistados pela Ponte Jornalismo, na noite de 08 de abril de 2016, Luana Barbosa dos Reis levava seu filho a um curso de informática quando parou em frente a um bar para cumprimentar um amigo e foi abordada por policiais militares que circulavam na área, localizada no bairro Jardim Paiva II, na periferia de Ribeirão Preto.

Ao perguntar por que estava sendo abordada e exigir a presença de uma policial, Luana

recebeu um soco e um chute, que a derrubou no chão, segundo contaram testemunhas aos familiares. Ao se levantar, Luana deu um soco na boca de um dos policiais e um chute no pé do outro, sendo, na sequência, espancada por três PMs com cassetetes e com o capacete que usava.

Após a abordagem, Luana foi levada para a delegacia, onde foi registrado um termo circunstanciado. “Joguei ela no meu ombro e fiz ela assinar o B.O. Ela não estava enxergando, fui tentando guiar ela para assinar. Eles falaram que se não assinasse, a gente não ia sair dali”, relatou à Ponte Jornalismo um dos familiares que acompanharam Luana na delegacia.

Ao sair da unidade, os familiares registraram o vídeo em que Luana relata ter sido ameaçada de morte. “Ela estava desfigurada, quase inconsciente quando saiu. Ela não conseguia abrir os olhos, estava com a fala enrolada”, relatou a irmã Roseli à Ponte.

No vídeo, Luana pede para ir para casa tomar um banho. Por medo de represálias, familiares decidiram levá-la para a casa de uma das irmãs dela. Ela foi internada no Hospital das Clínicas no dia seguinte, após apresentar febre e reclamar de dores. No dia 13 de abril, cinco dias após a abordagem, Luana faleceu devido a um traumatismo crânio encefálico e a uma isquemia cerebral.

Para não deixar cair no esquecimento

Para lembrar a morte de Luana, o coletivo “Luana Barbosa” lançará o documentário “Eu Sou a Próxima”. Produzido pelo coletivo formado por mulheres negras de periferias de São Paulo, o filme traz relatos de agressões e mortes de mulheres lésbicas, entre eles o caso de Luana Barbosa dos Reis. O lançamento vai acontecer nesta quinta (13), às 19 horas, na sede da Ação Educativa, em São Paulo.

por Alê Alves, especial para Ponte Jornalismo

Lésbicas e bissexuais negras lembram dois meses da morte de Luana dos Reis

(Ponte, 20/06/2016) *Em protesto, grupo reivindica volta do processo que investiga a morte de Luana para a Justiça comum*

Em meio a lágrimas e gritos como “Não é mole, não, ser feminista, mãe solteira e sapatão”, lésbicas e bissexuais negras marcharam no sábado (18/06), em Ribeirão Preto (interior de SP), para reivindicar a volta do processo que investiga a morte de Luana Barbosa dos Reis para a Justiça comum. Luana morreu na noite do dia 13 de Abril, cinco dias após ter sido espancada por policiais militares, no bairro Jardim Paiva II, na periferia de Ribeirão Preto.

O ato “Nenhuma Luana a menos” durou pouco mais de três horas e teve início na Praça Sete de Setembro. “Queremos que o processo volte para a Justiça comum e seja julgado como

homicídio, não como lesão corporal seguida de morte. Policiais militares são treinados e fizeram o que fizeram sabendo que podiam matar. O povo preto para eles é um corpo descartável”, afirmou Poliana Kamalu, integrante do coletivo negro da USP de Ribeirão Preto.



Poliana Kamalu, integrante do coletivo negro da USP de Ribeirão Preto (Foto: Alê Alves)

“Vivemos numa falsa democracia. Nós, mulheres negras, LGBT’s, indígenas e quilombolas existimos também e temos voz. Queremos direitos iguais. Somos nós que mais sofremos com essa violência. Queremos ser respeitadas e queremos justiça para Luana” afirmou Adria Maria Bezerra Ferreira, presidente da ONG Casa da Mulher de Ribeirão Preto.



Manifestantes pedem que PMs responsáveis por espancamento contra Luana sejam julgados pela Justiça Comum (Foto: Alê Alves)

No ato também estiveram presentes mulheres de outras cidades como Araraquara, Franca e São Paulo. “Eu vim porque sou mãe, sapatão e preta. Temos medo de andar na ruas e dos nossos filhos andarem na rua. Tenho um filho homem e preto, que já é vulnerável. Se eu já fico preocupada quando ele sai pra brincar hoje, quando ele tiver 15 eu não vou nem dormir. Nem a esquerda nem a direita falam sobre o genocídio do povo preto. Precisamos de resposta pra isso e de políticas públicas feitas por nós também”, afirmou Fernanda Gomes, moradora do Campo Limpo, zona Sul de São Paulo, que foi ao ato com seu filho Rhyam, de 5 anos de idade.



Fernanda Gomes, moradora do Campo Limpo, zona sul de SP, foi ao ato com seu filho Rhyann, de 5 anos de idade (Foto: Alê Alves)

“Estou emocionada de estar aqui. Minha mãe é negra, lésbica e criou 22 filhos sozinha. Podia

ter sido ela. Mulher negra é silenciada, principalmente quando não se submete a limpar privada de playboy. Esse protesto aqui vale vida. Quando eu e meus irmãos voltamos pra casa de madrugada, contamos para ver se está faltando alguém, se todo mundo chegou, para você ver como o genocídio está inflamado. Na quebrada, a ditadura militar sempre existiu e continua. Nossa cor é a cor da morte”, afirmou Laíssa Sobral, moradora do Grajaú, na zona sul paulistana, e integrante da Secretaria Estadual de Mulheres Catadoras de São Paulo.



“PM conivente, você não me engana, eu sei que nas suas mãos também tem sangue da Luana”, gritaram as manifestantes ao passarem na frente de uma unidade da PM em Ribeirão Preto (Foto: Alê Alves)

Durante o ato, que contou com cerca de 300 pessoas, foram distribuídos panfletos para pessoas que caminhavam nas ruas. “PM conivente, você não me engana, eu sei que nas suas mãos também tem sangue da Luana”, gritaram os manifestantes ao passarem em frente ao distrito da Polícia Militar na Avenida Independência.

Janaína de Oliveira, integrante do coletivo negro Abisogun e estudante de Ciências Sociais da Unesp de Araraquara, também esteve presente. “Vivo numa cidade conservadora, mas o preconceito não está só lá. As pessoas sempre dão aquela olhada e insistem em não reconhecer a minha relação com a minha companheira. Acham que a gente é irmã mesmo quando vêem a gente se beijando. Era chocante na faculdade também. A gente já ouviu gritos de “lésbicas”

andando de mãos dadas na rua. Se por ser negra já rola um estranhamento ao entrar em espaços dominados por brancos, se for lésbica também aí é catastrófico. Me identifiquei com a Luana pois também não me encaixo nos padrões de feminilidade”, afirma Janaína.



Manifestantes marcharam o tempo todo com a bandeira do movimento LGBTQIA+ (Foto: Alê Alves)

Bia Ferreira, artista de Aracaju que mora hoje em São Paulo, esteve no ato e cantou algumas músicas. “Estou cansada de ver nossos irmãos morrendo. E não é em um combate, mas quando estão caminhando nas ruas. Morrem por existir. Eu mesma já apanhei da polícia várias vezes. No carnaval, um cara me bateu dizendo que eu não podia fazer isso [beijar mulher] na rua. Tenho dois filhos, o Francisco e a Maria Luiza, e é difícil pra galera entender que tem mulher lésbica criando filho sozinha, sem pai. Sempre penso como vai ser o mundo quando meus filhos crescerem. Será que a pauta daqui a 20 anos vai ser a mesma porque a gente vai continuar morrendo?”, questiona a artista.

O ato terminou com uma apresentação do coletivo Levante Mulher. “Isso aqui não é uma mera intervenção artística. É uma arma de luta. A gente tem que gritar, ocupar a rua e todos os outros lugares. Se a gente se calar, eles vão nos exterminar”, disse Míriam Selma, integrante do coletivo. “Estamos com você, irmã”, disse Míriam abraçando Roseli Barbosa dos Reis, irmã de Luana, que esteve no ato.

A morte de Luana Reis

Luana Barbosa dos Reis foi espancada por policiais militares na noite do dia 08 de Abril, no bairro Jardim Paiva II, na periferia de Ribeirão Preto. Ela saiu de moto para levar seu filho a um curso de informática no centro da cidade quando parou em um bar, ao lado de sua casa, para cumprimentar um amigo.



Várias mulheres participaram do protesto contra a morte de Luana Reis acompanhadas de seus filhos (Foto: Alê Alves)

Testemunhas relataram que policiais chutaram Luana para fazê-la abrir as pernas, o que a fez cair no chão. Ao se levantar, ela deu um soco em um dos policiais e chutou o pé de outro. A partir de então, os policiais começaram a espancá-la com cassetetes e com o capacete que ela usava ao dirigir a moto. Após cinco dias internada no Hospital das Clínicas da cidade, Luana faleceu devido a uma isquemia cerebral causada por traumatismo crânio encefálico, segundo constatou exame necroscópico realizado pelo Instituto Médico Legal de Ribeirão Preto.



Outras vítimas da violência do Estado também foram lembradas na manifestação contra a morte de Luana Reis (Foto: Alê Alves)

No dia 13 de Maio, o juiz Luiz Augusto Freire Teotônio, da 1ª Vara do Júri de Ribeirão Preto, negou o pedido de prisão temporária dos policiais Douglas Luiz de Paula, Fábio Donizeti Pultz e André Donizeti Camilo, do 51º Batalhão da Polícia Militar, investigados sob suspeita do espancamento. Na decisão, o juiz também remeteu os autos do processo à Justiça Militar, por “não se tratar de um crime contra a vida”.

No dia 18 de Maio, o promotor de Justiça Eliseu José Berardo Gonçalves recorreu da decisão do juiz, pois avaliou que houve um homicídio. Na próxima terça-feira (21), ocorrerá uma audiência na Câmara dos Vereadores de Ribeirão Preto sobre as investigações da morte de

Luana.

André Caramante

Acesse no site de origem: [Lésbicas e bissexuais negras lembram dois meses da morte de Luana dos Reis \(Ponte, 20/06/2016\)](#)

Mulheres negras pedem justiça para Luana Reis, morta após ser espancada por PMs

(Ponte, 06/05/2016) Manifestantes ocuparam uma via da avenida Paulista, na capital paulista, em protesto contra a violência sofrida por Luana Barbosa dos Reis, que faleceu em consequência de isquemia cerebral dias depois de ser agredida por policiais militares em Ribeirão Preto (SP)

Na última terça (03/05), um grupo composto majoritariamente por mulheres negras protestaram em frente ao Museu de Arte de São Paulo (Masp), na avenida Paulista, em São Paulo, contra a morte de Luana Barbosa dos Reis, de 34 anos, por uma isquemia cerebral dias após ser espancada por três policiais militares na periferia de Ribeirão Preto, interior paulista.

Organizado por alguns coletivos dos movimentos negro, feminista e LGBT, o protesto durou cerca de duas horas. Com faixas e cartazes com inscrições “Luana, presente”, “Deixem-nos viver” e “Mulheres negras em marcha contra o racismo, machismo e genocídio”, os manifestantes saíram do Masp e caminharam até a porta do Itaú Cultural, na mesma avenida, onde o protesto foi encerrado por volta das 20 horas com uma roda de jongo e uma intervenção teatral do grupo “Levante Mulher”. Todo o trajeto foi acompanhado por policiais militares.

Segundo familiares entrevistados pela Ponte Jornalismo, na noite do dia 8 de abril Luana levava seu filho a um curso de informática no centro da cidade quando parou em frente a um bar para cumprimentar um amigo. Ao ser abordada por policiais militares que circulavam na área, Luana recebeu um soco e um chute ao perguntar por que estava sendo revistada, agressões que a fizeram cair no chão.



Na avenida Paulista, manifestantes pediram justiça para Luana Reis. (Fotos: Daniel Arroyo)

Ao se levantar, Luana desferiu um soco na boca de um policial e um chute no pé de outro, sendo então espancada pelos policiais militares Douglas Luiz de Paula, Fabio Donizetti Pultz e André Donizeti Camila com socos, chutes, cassetetes e o capacete que usava, ainda de acordo com familiares.

Levada para o 1º Distrito Policial de Ribeirão Preto, Luana estava com hematomas, semiconsciente e sem forças para permanecer em pé quando teve de assinar um TC (Termo Circunstanciado) registrado por desacato à autoridade e lesão corporal. “A letra da minha irmã parece a de uma criança, não tem nada a ver com a assinatura dela. Ela não conseguia ficar em pé, parecia o corpo de alguém que não tinha ossos”, disse Roseli, irmã de Luana. Após cinco dias internada, alguns dos quais em coma, Luana morreu por causa de uma isquemia cerebral causada por um traumatismo cranioencefálico

Em 25 de abril, a Ouvidoria da Polícia Civil solicitou à Procuradoria Geral do Estado, ao IML (Instituto Médico Legal) e às polícias Civil e Militar informações sobre a morte de Luana Barbosa dos Reis. A Ponte solicitou entrevistas com os policiais e o comandante-geral da PM, coronel Ricardo Gambaroni, mas não obteve respostas.

“Me vejo nela”

Jéssica Rufino, de 26 anos, uma das presentes ao ato, diz ter sabido sobre a morte de Luana e o protesto pelas redes sociais. “Vim porque me vejo nela, sou negra, pobre e lésbica. Somos as desclassificadas da sociedade. Podia ter sido eu.” Ao ser perguntada se já foi abordada por policiais, Jéssica diz que “era enquadrada toda hora” quando usava dreads, há cerca de seis

meses.

Micheli Moreira, integrante do grupo de negras da Caminhada de Lésbicas e Bissexuais de São Paulo, também participou do ato. Para ela, a morte de Luana não é um caso isolado e o protesto foi organizado para dar visibilidade ao que ocorreu. “Aqui na [avenida] Paulista tem segurança, mas nas periferias é bem diferente. Se não tiver cobertura, esse silêncio vai afetar na continuidade dessas mortes. São muitas mulheres negras e periféricas aqui, angustiadas com isso tudo e querendo mudar esse cenário de impunidade”, afirmou Micheli, moradora de São Matheus, na Zona Leste de São Paulo.

Para Ariane Oliveira, de 25 anos, moradora do mesmo distrito, Luana sofreu outro tipo de lesbofobia. “Ela sofreu uma outra violência por se vestir de forma mais masculinizada. Quiseram tratá-la como se fosse homem”, disse Ariane.

Outra participante da manifestação, Márcia Lúcia, de 48 anos, acredita que o ocorrido com Luana mostra “a situação das mulheres negras na periferia” e que o genocídio da população negra periférica “é um fato com permissão do governo”. “Somos um alvo. Estamos morrendo todo dia na banalidade. A gente imaginava estar vivendo num Estado Democrático de Direito, mas estamos vendo que não, que ele só existe no discurso, não na prática”, afirmou.

Fábio Pereira, estudante da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) em Santos, disse que esse Estado “é para o uso de determinada classe, a que detém o poder”. Para ele, “não existe ressocialização no sistema prisional. Quem é preto e foi preso, carrega uma marca, fica preso para a vida toda. Como se não pudesse viver de novo”.

Angela França, de 38 anos, disse que “morreu um pouco” ao saber da morte de Luana. “Se ela fosse rica, até poderia ser abordada, por ser negra, mas não teria sofrido essa violência. Mas, em se tratando da periferia, não tem condições”. Ao relatar o preconceito que sofre, Angela diz que muitas transgêneras não tiveram “a coragem ou o prazer” de estarem no ato. “Elas não saem de casa, não vão para a escola. De modo geral, a maioria das pessoas me olha e acha que eu vivo da prostituição e não de um trabalho legalizado.”

Uma caminhada em memória de Luana em Ribeirão Preto, ainda sem data definida, está sendo organizada por grupos de lésbicas e bissexuais.

Alê Alves (texto), especial para a Ponte Jornalismo e Daniel Arroyo (fotos e vídeo)

Acesse no site de origem: [Mulheres negras pedem justiça para Luana Reis, morta após ser espancada por PMs \(Ponte, 06/05/2016\)](#)

[Observatório de Sexualidade e Política publica balanço de debates sobre agenda](#)

das mulheres em abril

(Observatório de Sexualidade e Política, 04/05/2016) Paradoxalmente, em abril, enquanto a crise política atingia um ápice com a votação do impeachment em 17 de abril, o aborto assim como temas mais amplos relativos à saúde e aos direitos reprodutivos das mulheres foram amplamente debatidos na sociedade. Na primeira semana do mês, o Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública do Rio de Janeiro realizou um seminário sobre o direito ao aborto. Alguns dias depois, um [Simpósio sobre Aborto legal](#) foi promovido pela Academia Nacional de Medicina em que foram debatidos aspectos relativos à saúde, história, reformas das leis do aborto no mundo, política do aborto no Brasil e aspectos jurídicos. No final do mês, o Instituto Patrícia Galvão promoveu o [Seminário “A Mulher e a Mídia”](#), onde foram debatidos os direitos das mulheres no contexto atual de epidemia do zika vírus e seus efeitos sobre a vida reprodutiva, abordando também o papel dos meios de comunicação neste panorama.

Mas, o “tema quente” do mês foi mesmo a repercussão causada pela matéria da revista Veja caracterizando a esposa do vice-presidente (e virtual presidente), Michel Temer, como “bela, recatada e do lar”, o que gerou uma [rebelião feminista nas redes sociais com ampla repercussão nacional e internacional](#).

Uma boa notícia vem de Santa Catarina onde feministas e prostitutas realizaram um encontro em que foi lançada a [“Carta Santa Catarina”](#), reivindicando ampla discussão nacional sobre o trabalho sexual, a garantia e o acesso a direitos por meio de políticas públicas e a regulamentação da profissão.

Já em Ribeirão Preto, aconteceu mais uma morte causada pela ação do Estado, ou seja, por efeito da brutalidade policial. Luana dos Reis, lésbica e negra, foi [brutalmente espancada por policiais militares em frente ao filho](#). O caso é mais um episódio no trágico roteiro da vida brasileira, em que forças policiais são responsáveis pelos elevados índices de homicídios que vitimam sobretudo negros e pobres.

[Acesse o site do Observatório em português.](#)

ONU pede apuração sobre Luana dos Reis, morta em suposta agressão por PMs

(G1, 04/05/2016) Luana dos Reis foi internada após ter sido agredida em abordagem, diz irmã. Família acredita que ela foi vítima de preconceito; PM nega violência.

A ONU Mulheres e o Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH) divulgaram nota nesta quarta-feira (4) em que pedem “investigação imparcial” sobre a morte

de Luana Barbosa dos Reis, de 34 anos, em Ribeirão Preto (SP), supostamente espancada por policiais militares em abril deste ano.

Leia mais:

[Nota pública do Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas para América do Sul e da ONU Mulheres Brasil sobre o assassinato de Luana Reis \(ONU Mulheres, 04/05/2016\)](#)
[A história de Luana e o genocídio da população negra no Brasil, por Stephanie Ribeiro \(HuffPost, 03/05/2016\)](#)

No texto publicado no site das Nações Unidas, a organização afirma que “a morte de Luana é um caso emblemático da prevalência e gravidade da violência racista, de gênero e lesbofóbica no Brasil. Segundo a Relatora Especial da ONU sobre questões de minorias, o número de afrodescendentes mortos em ações policiais é três vezes maior do registrado entre a população branca no estado de São Paulo.”

Segundo a família, Luana foi espancada após negar que policiais do sexo masculino a revistassem durante uma abordagem perto da casa onde morava com o filho, na zona norte da cidade. A irmã acusa os policiais de racismo e homofobia, uma vez que Luana era negra e lésbica.

Ela morreu após permanecer cinco dias internada na Unidade de Emergência do Hospital das Clínicas (HC-UE) de Ribeirão Preto. Luana sofreu uma isquemia cerebral aguda causada por traumatismo crânio-encefálico. Segundo laudo do IML, divulgado nesta segunda-feira (2), a mulher foi vítima de espancamento.

A PM em Ribeirão Preto afirma que Luana precisou ser contida pelos policiais envolvidos no caso depois que reagiu a abordagem e passou a agredi-los. Segundo o comando da PM, ela estava em atitude suspeita, o que causou desconfiança.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) pediu nesta quarta-feira (4) o afastamento dos três policiais militares suspeitos. O caso também passou a ser acompanhado pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo. Nesta quarta-feira, o conselheiro Luiz Carlos dos Santos esteve em Ribeirão para supervisionar a apuração interna da Polícia Militar e o inquérito da Polícia Civil.

Discriminação

Segundo a ONU, a nota faz um apelo ao Brasil para que o caso seja tratado com transparência e para que sejam respeitadas as responsabilidades internacionais diante dos tratados de direitos humanos. A organização destaca que o país tem uma rígida legislação contra crimes contra mulheres.

A lei, sancionada em 2015 pela presidente Dilma Rousseff, considera a questão de gênero quando o crime envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher. O chamado “feminicídio” passou a ser agravante do crime de homicídio, além de ser classificado como crime hediondo.

“A morte de Luana é um caso emblemático da prevalência e gravidade da violência racista, de gênero e lesbofóbica no Brasil”, diz a nota. “A situação das mulheres afrodescendentes nesse contexto é de ainda maior vulnerabilidade. O Mapa da Violência (2015) revela a seletividade da violência, demonstrando que entre 2003 e 2013 as mortes violentas de mulheres negras aumentaram 54%, enquanto houve uma redução de 9,2% entre a população feminina branca.”

A organização e o Alto Comissariado questionam ainda a polícia brasileira, com ênfase à PM de São Paulo, frequentemente citada em relatórios internacionais por sua atuação considerada violenta.

“O ACNUDH e a ONU Mulheres enfatizam que o uso excessivo da força, bem como qualquer tipo de discriminação – seja por gênero, raça, etnia, orientação sexual ou de outra natureza, são inadmissíveis no exercício da função policial e devem ser erradicados das forças de ordem do Brasil. A Polícia Militar de São Paulo deve garantir que procedimentos violentos não sejam tolerados na instituição e assegurar um treinamento adequado de seus agentes, inclusive em matéria de direitos humanos.”

A nota termina com um pedido à sociedade brasileira para que continue a lutar pelos direitos das mulheres, e com um gesto de solidariedade à família e aos amigos de Luana.

Leia a nota na íntegra:

Nota pública do Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas para América do Sul e da ONU Mulheres Brasil sobre o assassinato de Luana Reis

A ONU Mulheres Brasil e o Escritório Regional para América do Sul do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH) solicitam ao poder público brasileiro a investigação imparcial e com perspectiva de gênero e raça, na elucidação das violências cometidas contra Luana Reis, morta após espancamentos supostamente perpetrados pela Polícia Militar, no início do mês de abril de 2016, na cidade de Ribeirão Preto (SP).

De acordo com o relato da própria vítima, antes do seu trágico falecimento, e de seus familiares, há fortes indícios das práticas de sexismo, racismo e lesbofobia nos acontecimentos que levaram à sua morte, em uma perversa violação de direitos que segue na contramão das garantias individuais e coletivas conquistadas pelas mulheres no Brasil e no mundo.

O ACNUDH e a ONU Mulheres enfatizam que o uso excessivo da força, bem como qualquer tipo de discriminação – seja por gênero, raça, etnia, orientação sexual ou de outra natureza, são inadmissíveis no exercício da função policial e devem ser erradicados das forças de ordem do Brasil. A Polícia Militar de São Paulo deve garantir que procedimentos violentos não sejam tolerados na instituição e assegurar um treinamento adequado de seus agentes, inclusive em matéria de direitos humanos.

A morte de Luana é um caso emblemático da prevalência e gravidade da violência racista, de gênero e lesbofóbica no Brasil. Segundo a Relatora Especial da ONU sobre questões de minorias, o número de afrodescendentes mortos em ações policiais é três vezes maior do registrado entre a população branca no estado de São Paulo. A situação das mulheres afrodescendentes nesse contexto é de ainda maior vulnerabilidade. O Mapa da Violência (2015) revela a seletividade da violência, demonstrando que entre 2003 e 2013 as mortes violentas de mulheres negras aumentaram 54%, enquanto houve uma redução de 9,2% entre a população feminina branca.

São inaceitáveis quaisquer alegações para justificar as violências que vitimaram fatalmente Luana, as quais evidenciam a convivência e/ou a impunidade com agressores quer sejam agentes públicos ou indivíduos particulares. A responsabilização é condição primeira para a justiça e para a reparação às vítimas das violências de gênero, para a proteção de familiares em busca de direitos e para a construção de uma sociedade plural e equitativa.

Nesse sentido, a ONU Mulheres e o ACNUDH instam a aplicação das Diretrizes Nacionais sobre Femicídio para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres, formuladas por ambas as instituições, em esforço integrado com o governo brasileiro, por meio do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos e do Ministério da Justiça. As recomendações constantes do documento chamam a atenção para o fato de que as circunstâncias individuais, institucionais e estruturais devem ser levadas em consideração como elementos para entender o crime e, por conseguinte, para responder adequadamente às mortes violentas de mulheres pelo fato de serem mulheres, fazendo, pois, incidir a Lei do Femicídio (nº 13.104/2015), que é um crime cometido em razão de menosprezo e discriminação à condição de mulher.

A ONU Mulheres e o ACNUDH fazem em conjunto este alerta público contra a misoginia dirigida às mulheres brasileiras, agravadas pelo fato de serem negras, indígenas, lésbicas, trans, pobres, rurais, jovens e/ou idosas e pedem à sociedade brasileira que se mantenha defensora implacável dos direitos das mulheres e que se posicione, de maneira obstinada e sistemática, contra todas as formas de violência contra todas as mulheres.

Por fim, solidarizam-se com os familiares e amigos de Luana e oferecem-lhes suas sinceras condolências por sua trágica morte.

Amerigo Incalcaterra

Representante Regional para América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

Nadine Gasman

Representante da ONU Mulheres Brasil

Acesse no site de origem: [ONU pede apuração sobre Luana dos Reis, morta em suposta agressão por PMs \(G1, 04/05/2016\)](#)

[Ouvidoria da Polícia pede providências sobre a morte de Luana Reis, espancada por PMs de SP](#)

(Ponte, 27/04/2016) O ouvidor Julio Cesar Fernandes Neves solicitou à Procuradoria Geral de Justiça que designe um promotor para já passar a acompanhar as investigações. Luana era mãe, negra, pobre e lésbica

A Ouvidoria da Polícia de São Paulo solicitou à Procuradoria Geral do Estado, ao IML (Instituto Médico Legal) e às polícias Civil e Militar informações sobre a morte de Luana Barbosa dos Reis, ocorrida [cinco dias após ela ser agredida por policiais militares no Jardim Paiva II, na periferia de Ribeirão Preto \(SP\)](#).

Na última segunda-feira (25), o ouvidor Julio Cesar Fernandes Neves requisitou ao diretor da Delegacia Seccional de Polícia de Ribeirão Preto, João Osinski Júnior, informações sobre os “procedimentos instaurados sob os números de Boletins de Ocorrência 7370 e 7756/2016”, referentes à morte de Luana.

O ouvidor também solicitou ao Corregedor da Polícia Militar do Estado de São Paulo, coronel Levi Anastácio Felix, os procedimentos registrados na Corregedoria acerca da morte de Luana após ela ficar internada “devido a lesões causadas segundos testemunhas e familiares, por espancamento” efetuado pelos policiais militares Douglas Luiz de Paula, Fabio Donizetti Pultz e André Donizeti Camilo “durante uma abordagem”.



Luana tinha 34 anos, era mãe de um menino, de 14 anos, e vivia na periferia de Ribeirão Preto/SP (Foto: reprodução)

Procurado desde o dia 19 de abril para se manifestar sobre a morte de Luana, o comandante-geral da PM, coronel Ricardo Gambaroni, ficou em silêncio. O mesmo aconteceu com o Setor de Comunicação da PM.

A reportagem também solicitou entrevista com os três PMs investigados por causar a morte de Luana, mas a PM não atendeu o pedido.

Ao IML (Instituto Médico Legal), Fernandes Neves solicitou uma cópia do Laudo de Exame Necroscópico com “respectiva representação gráfica da vítima”.

Por fim, foi solicitada ao Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo, Márcio Fernandi Elias Rosa, “a possibilidade de designar” um Promotor de Justiça para acompanhar o caso.

Morta após agressões

Segundo familiares de Luana entrevistados pela Ponte, na noite do dia 08 de abril, Luana levava seu filho a um curso de informática no centro da cidade quando parou em frente a um bar para cumprimentar um amigo. Ao ser abordada por policiais militares que circulavam na área, Luana recebeu um soco e um chute ao perguntar por que estava sendo revistada, agressões que a fizeram cair no chão.

Ao se levantar, Luana desferiu um soco na boca de um policial e um chute no pé de outro, sendo então espancada pelos PMs com socos, chutes, cassetetes e o capacete que usava, ainda de acordo com familiares.

Levada para o 1o Distrito Policial da cidade, Luana se encontrava com hematomas, semi-consciente e sem forças para permanecer em pé quando teve de assinar um TC (Termo Circunstanciado) registrado por desacato à autoridade e lesão corporal.

Após cinco dias internada, alguns dos quais em coma, Luana morreu em decorrência de uma isquemia cerebral causada por um traumatismo cranioencefálico. “Ela pagou o preço por parecer um homem negro e pobre, ela foi abordada como outros homens da periferia são. Lésbica, negra e periférica com passagem pela polícia, ela já era considerada culpada”, disse Roseli dos Reis, 36 anos, irmã de Luana, à Ponte.

Alê Alves. Colaborou André Caramante, da Ponte Jornalismo

Acesse no site de origem: [Ouvidoria da Polícia pede providências sobre a morte de Luana Reis, espancada por PMs de SP \(Ponte, 27/04/2016\)](#)